

General Water S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras individuais
e consolidadas referentes ao Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Diretores, Administradores e Acionistas da
General Water S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da General Water S.A. (“Sociedade”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da General Water S.A., em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Sociedade e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Sociedade e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais Sociedades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria Societaderial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras Sociedades. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 8 março de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC nº 1 SP 218398/O-1

GENERAL WATER S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022		
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.842	220	11.617	8.727	Fornecedores	8	79	184	2.452	2.539
Aplicações Financeiras	4	804	2.337	6.401	14.872	Arrendamento mercantil	9	-	-	903	599
Contas a receber de clientes	5	-	-	16.427	13.033	Obrigações trabalhistas	10	-	-	2.798	2.277
Despesas antecipadas		177	180	550	434	Obrigações tributárias	11	12	26	3.659	3.173
Outros ativos		-	-	1.105	2.127	Outras obrigações	12	1.747	-	1.747	65
Adiantamentos		2	29	399	1.033	Dividendos a pagar	15.2 c	-	3.290	-	3.290
Total dos ativos circulantes		2.825	2.766	36.499	40.226	Total dos passivos circulantes		1.838	3.500	11.559	11.943
NÃO CIRCULANTES						NÃO CIRCULANTES					
Outros créditos a receber		9	3	137	52	Arrendamento mercantil	9	-	-	3.743	4.801
Investimentos	6	125.434	114.222	-	-	Partes relacionadas	13	4	3	-	-
Imobilizado	7	487	603	107.272	91.710	Obrigações tributárias	11	10	4	936	740
Intangível	7	187	143	1.897	2.106	Outras obrigações	12	1.747	-	1.747	-
Total do ativos não circulantes		126.117	114.971	109.306	93.868	Provisão para demandas judiciais	14	-	-	-	34
						Total dos passivos não circulantes		1.761	7	6.426	5.575
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	15.1	84.207	84.207	84.207	84.207
						Ações em Tesouraria	15.2	(3.494)	-	(3.494)	-
						Reserva legal	15.2 a	10.084	8.171	10.084	8.171
						Reserva de lucros	15.2 b	34.546	21.852	34.546	21.852
						Total do passivo		125.343	114.230	125.343	114.230
						Participação dos não controladores		-	-	2.477	2.346
TOTAL DOS ATIVOS		128.942	117.737	145.805	134.094	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		128.942	117.737	145.805	134.094

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GENERAL WATER S.A.DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA LÍQUIDA	16	-	-	108.933	93.147
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	17	-	-	(42.736)	(36.711)
LUCRO BRUTO		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>66.197</u>	<u>56.436</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Comerciais	18	(42)	(151)	(1.646)	(1.831)
Gerais e administrativas	18	(902)	(917)	(7.047)	(6.704)
Com pessoal	18	-	-	(6.346)	(4.747)
Equivalência patrimonial	6	39.471	34.997	-	-
Outras receitas (Despesas) operacionais	19	(421)	27	(1.006)	815
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>38.106</u>	<u>33.956</u>	<u>50.152</u>	<u>43.969</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	20	215	519	2.757	3.451
Despesas financeiras	20	(9)	(145)	(500)	(768)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>38.312</u>	<u>34.330</u>	<u>52.409</u>	<u>46.652</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	21	(46)	(168)	(13.157)	(11.349)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	21	(6)	4	(102)	(376)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>38.260</u>	<u>34.166</u>	<u>39.150</u>	<u>34.927</u>
Acionistas controladores		38.260	34.166	38.260	34.166
Acionistas não controladores		-	-	890	761
Lucro por ação		<u>52,14</u>	<u>46,56</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GENERAL WATER S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	38.260	34.166	39.150	34.927
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>38.260</u>	<u>34.166</u>	<u>39.150</u>	<u>34.927</u>
Acionistas controladores	38.260	34.166	38.260	34.166
Acionistas não controladores	-	-	890	761
	<u>38.260</u>	<u>34.166</u>	<u>39.150</u>	<u>34.927</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GENERAL WATER S.A.DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Ações em Tesouraria	Reserva Legal	Reserva de retenção de	Lucros acumulados	Total controladora	Participação dos não controladores	Total controladora
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - (Não auditado)		84.207	-	6.463	9.742	-	100.412	2.281	102.693
Lucro líquido do exercício						34.166	34.166	761	34.927
Destinação:									
Reserva legal	15.3 a	-	-	1.708	-	(1.708)	-	-	-
Reserva de lucros	15.3 b	-	-	-	22.458	(22.458)	-	-	-
Dividendos distribuídos	15.3 c	-	-	-	(7.170)	-	(7.170)	-	(7.170)
Dividendos obrigatórios	15.3 c	-	-	-	-	(8.114)	(8.114)	-	(8.114)
Dividendos intermediários	15.3 c	-	-	-	-	(1.886)	(1.886)	-	(1.886)
Dividendos distribuídos para não controladores		-	-	-	-	-	-	(3.874)	(3.874)
Ganho ou (Perda) de transação entre sócios	15.3 c	-	-	-	(3.178)	-	(3.178)	3.178	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		84.207	-	8.171	21.852	-	114.230	2.346	116.576
Lucro líquido do exercício			-			38.260	38.260	890	39.150
Destinação:									
Ações em tesouraria	12	-	(3.494)	-	-	-	(3.494)	-	(3.494)
Reserva legal	15.3 a	-	-	1.913	-	(1.913)	-	-	-
Reserva de lucros	15.3 b	-	-	-	27.259	(27.259)	-	-	-
Dividendos distribuídos	15.3 c	-	-	-	(9.416)	-	(9.416)	-	(9.416)
Dividendos obrigatórios	15.3 c	-	-	-	-	(9.088)	(9.088)	-	(9.088)
Dividendos distribuídos para não controladores		-	-	-	-	-	-	(5.908)	(5.908)
Ganho ou (Perda) de transação entre sócios	15.3 c	-	-	-	(5.149)	-	(5.149)	5.149	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		84.207	(3.494)	10.084	34.546	-	125.343	2.477	127.820

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GENERAL WATER S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		38.260	34.166	39.150	34.927
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Equivalência patrimonial	6	(39.471)	(34.997)	-	-
Depreciação e amortização	7	33	17	15.047	12.408
Juros Provisionados		-	143	311	1.253
Reversão (Provisão) para créditos de liquidação duvidosa		-	-	151	301
Provisão para demandas judiciais		-	-	(34)	(88)
Rendimento de aplicação financeira		(82)	(49)	(592)	(1.400)
Resultado na Baixa de Ativo Imobilizado	19	440	-	1.389	5.322
Imposto de renda e contribuição social	21	52	165	13.259	11.725
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		-	-	(3.545)	(2.570)
Adiantamentos		27	(29)	634	826
Despesas antecipadas		3	(177)	(116)	(329)
Impostos a recuperar		-	5	-	5
Outros ativos		(6)	482	937	(1.872)
Fornecedores		(105)	137	(87)	1.005
Obrigações trabalhistas		-	-	521	512
Obrigações tributárias		(33)	(109)	(523)	(496)
Outras obrigações		-	-	(65)	(39)
(-) Juros sobre arrendamento mercantil - Pagos		-	-	(354)	(391)
Imposto de Renda e contribuição social - Pagos		(27)	(45)	(12.054)	(10.104)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(909)</u>	<u>(291)</u>	<u>54.029</u>	<u>50.995</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicação financeira		1.615	(2.289)	9.063	6.588
Aumento de capital em investida		(8.100)	(2.000)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em investida		-	(4.000)	-	-
Venda de ativo imobilizado		-	-	44	371
Recebimento de dividendos	15	31.210	33.000	-	-
Aquisição de Imobilizado		(401)	(105)	(31.673)	(31.052)
Caixa líquido gerado nas (aplicado nas) atividades de investimentos		<u>24.324</u>	<u>24.606</u>	<u>(22.566)</u>	<u>(24.093)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Empréstimos e financiamentos pagos		-	(4.584)	-	(4.584)
Juros pagos		-	(453)	-	(453)
Arrendamento mercantil pago	9	-	-	(871)	(804)
Partes relacionadas	13	1	(1.407)	-	-
Dividendos pagos	15	(21.794)	(19.453)	(27.702)	(23.948)
Caixa líquido proveniente das (Aplicado nas) atividades de financiamentos		<u>(21.793)</u>	<u>(25.897)</u>	<u>(28.573)</u>	<u>(29.789)</u>
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>1.622</u>	<u>(1.582)</u>	<u>2.890</u>	<u>(2.887)</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO					
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	220	1.802	8.727	11.614
(redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	4	<u>1.842</u>	<u>220</u>	<u>11.617</u>	<u>8.727</u>
		<u>1.622</u>	<u>(1.582)</u>	<u>2.890</u>	<u>(2.887)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GENERAL WATER S.A. CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A General Water S.A. (“Sociedade” ou “Controladora”) é uma sociedade de capital fechado constituída em 09 de outubro de 2000 com sede na cidade de São Paulo – SP e tem por objeto social a captação, tratamento e distribuição de águas, participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior, e administração de bens e negócios. As operações da Sociedade são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas, o benefício dessas operações e os custos da estrutura operacional e administrativa, observada a praticabilidade da atribuição, são absorvidos em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração, consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por: (a) determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são:

Entidades Controladas	Participação - %	
	2023	2022
General Water Águas Ltda.	98,30	98,30
General Water Saneamento Ltda.	97,38	97,38
Águas de Porto Feliz Ltda.	100,00	100,00
General Water Sistemas Brasil Ltda.	99,78	99,66

General Water Águas Ltda. (“GWA”), empresa limitada com sede na cidade de São Paulo - SP, foi constituída em 03 de maio de 2010, tem por objeto social específico o tratamento e purificação de água, através da construção e operação de Estações de Tratamento de Água (“ETA”) próprias alocadas em seus clientes. Além de sua atividade principal oferece como atividade secundária o tratamento de esgoto sanitário para efeito de reuso com fins não potáveis, através da construção e operação de Estações de Tratamento de Esgoto (“ETE”), também próprias alocadas em seus clientes.

General Water Saneamento Ltda. (“GWS”), empresa limitada com sede na cidade de São Paulo - SP, foi constituída em 03 de maio de 2010, tem por objeto social específico o tratamento e purificação de águas servidas (esgotos e efluentes). A GWS através da construção e operação de Estações de Tratamento de Esgoto (“ETE”) próprias alocadas em seus clientes, objetiva a prestação de serviço de tratamento de esgoto sanitário para efeito de reuso com fins não potáveis. Além de sua atividade principal, oferece como atividade secundária a prestação de serviços de tratamento, purificação e distribuição de água potável através da construção e operação de Estações de Tratamento de Água (“ETA”), também próprias alocadas em seus clientes.

Águas de Porto Feliz Ltda. (“APF”), empresa limitada, Sociedade de Propósito Específico (SPE), com sede na cidade de Porto Feliz - SP, foi constituída em 17 de setembro de 2009, tem por objeto social específico a captação, tratamento e distribuição de água. A APF objetiva a captação tratamento e fornecimento de água para o município de Porto Feliz – SP. Os serviços são regulamentados e formalizados por meio do contrato de concessão pública de nº 011/2008 – Processo 195/2006 de 09 de maio de 2008, decorrente da concorrência pública de nº 01/2008 do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Porto Feliz (SAAE) pelo prazo de 240 meses.

General Water Sistemas Brasil Ltda. (“GWBR”), empresa limitada com sede na cidade de São Paulo - SP, foi constituída em 19 de dezembro de 2018, tem por objeto social específico a atuação fora do Estado de São Paulo na prestação de serviços de tratamento e purificação de água e esgoto (esgotamento sanitário), inclusive para efeito de reuso para fins não potáveis, através da construção e operação de ETA’s e ETE’s próprias alocadas em seus clientes.

2.3. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

2.3.1. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Sociedade é o Real Brasileiro, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

2.3.2. Uso de estimativa e julgamento

Julgamento

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram ajustes ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício contábil, incluem:

a) Tributos

A Sociedade constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Sociedade.

b) Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

A Sociedade reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. BASE DE APRESENTAÇÃO, ELABORAÇÃO E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NA PRODUÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos a contar da data da contratação da operação.

As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Classificação

A Sociedade e suas controladas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: Custo amortizado, Valor justo por meio do resultado, e, Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

- Ativos financeiros ao custo amortizado: São classificados como ativos financeiros, os ativos mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas, de acordo com o modelo de negócios da Sociedade;
- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado são os que não possuem definição específica quanto à manutenção para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas ou para realizar a vendas desses ativos no modelo de negócios da Sociedade;
- Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Os ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes são todos os outros ativos não classificados nas categorias acima.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Sociedade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas e (despesas) operacionais" no período em que ocorrem.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Sociedade de receber dividendos.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Sociedade ou da contraparte.

3.3. Contas a receber e provisão de perdas esperada de créditos

Devido às características do contas a receber da Sociedade, sendo elas (i) carteira de recebíveis sem complexidade, e (ii) baixo risco de crédito, a Sociedade adotou a abordagem simplificada de perda de crédito esperada, que consiste em reconhecer a perda de crédito esperada pela vida útil total do ativo.

Vale mencionar que o estudo da perda esperada resultou em valores imateriais em função da qualidade da carteira de clientes da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2023, a metodologia de cálculo das perdas de créditos esperada era realizada com base na perda histórica. A metodologia utilizada consistiu em utilizar uma estimativa por faixa de vencimento através da média ponderada de perdas dos últimos 12 meses. A Sociedade concluiu também que os indicadores macroeconômicos não tiveram impacto significativo em suas estimativas.

De forma a corroborar esse entendimento, a Sociedade realizou diversas análises de correlação entre indicadores que poderiam ter alguma influência no setor de saneamento e seu histórico de perdas de créditos esperadas, como Produto Interno Bruto (PIB), Taxa de Desemprego e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Após análise, a Administração concluiu que a metodologia já adotada pela Sociedade atende ao modelo de perda de crédito esperado e, por esse motivo, a adoção inicial do CPC 48 / IFRS 9, a partir de 1º de janeiro de 2018, não trouxe impactos materiais na mensuração das perdas de créditos esperada.

3.4. Imobilizado

Os valores do imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Sociedade reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e as baixas reconhecidas em resultado por venda ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso. Adicionalmente, benfeitoria em imóveis de terceiros são amortizadas pelo menor valor entre a vida útil da melhoria e o prazo remanescente contratual.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.5. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente com vidas úteis definidas são apresentados a custo, menos amortização e, quando aplicável, perdas por redução do valor recuperável. A amortização é reconhecida pelo método linear, com base na vida útil estimada dos ativos.

3.6. Arrendamento

A Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Sociedade reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Sociedade seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (tais como computadores pessoais, pequenos itens de móveis de escritório e telefones). Para os arrendamentos sobre os quais não é reconhecido um ativo e passivo inicialmente, a Sociedade reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Sociedade usa sua taxa incremental de captação. O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial.

O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

3.7. Investimento em controlada

O investimento em sociedade controlada é registrado e avaliado no balanço individual da controladora pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, a participação da sociedade no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido da controlada, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no período ou em decorrência de ganhos ou perdas em reservas de capital, é reconhecida como receita (ou despesa) operacional.

3.8. Análise de recuperabilidade de ativos (teste de “Impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma perda por deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são avaliados individualmente ou são agrupados em menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Em 31 de dezembro de 2023, a Administração não identificou indicativos de “impairment” que pudessem gerar perdas do valor registrado.

3.9. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais, são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados na medida em que a Sociedade espera desembolsar fluxos de caixa. Processos tributários e cíveis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos são mensurados com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda destes processos é avaliada como possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada em nota explicativa.

Processos trabalhistas, cujas perdas são avaliadas como prováveis, são provisionados com base no percentual histórico de desembolsos. Passivos contingentes avaliados como perdas remotas, não são provisionados ou divulgados.

3.10. Imposto de Renda pessoa jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Presumido) – correntes e diferidos

São calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$240 mil por ano e 9% de CSLL).

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

3.11. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial, quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, os correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses, caso contrário, serão apresentados como não circulantes.

3.12. Reconhecimento de receita

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas quando ocorrer a prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre ela, abatimentos e descontos.

As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados.

Com a adoção do CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente, a qual estabelece um modelo de cinco etapas aplicáveis sobre a receita de um contrato com cliente, a Sociedade passou a reconhecer a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de desempenho dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

3.13. Lucro por ação

A Sociedade efetua os cálculos do lucro por ação básico utilizando o número médio ponderado de ações, durante o período correspondente ao resultado.

A Sociedade não possui títulos conversíveis em ações que pudessem ter efeito de diluição.

3.14. CPC novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Os pronunciamentos contábeis abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações	Descrição
CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021)	A Sociedade adotou o pronunciamento técnico CPC 50 (IFRS 17) e correspondentes alterações pela primeira vez no exercício corrente. O pronunciamento técnico CPC 50 (IFRS 17) estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o pronunciamento técnico CPC 11 (IFRS 4) - Contratos de Seguro. A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices. O grupo não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o pronunciamento técnico CPC 50.

Normas e interpretações	Descrição
<p>Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade</p>	<p>A Sociedade adotou as alterações à norma internacional IAS 1 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo 'principais políticas contábeis' por 'informações materiais da política contábil'. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Os parágrafos de apoio na norma internacional IAS 1 também são alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições imateriais são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser materiais devido à natureza das correspondentes transações, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são materiais por si só. O IASB preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do 'processo de materialidade em quatro passos' descrito na Declaração de Prática 2.</p>
<p>Alterações à IAS 12 Tributos sobre o Lucro - Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação</p>	<p>A Sociedade adotou as alterações à norma internacional IAS 12 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Sociedade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Após as alterações à norma internacional IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na norma internacional IAS 12.</p>
<p>Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros - Definição de Estimativas Contábeis</p>	<p>A Sociedade adotou as alterações à norma internacional IAS 8 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.</p>

Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

Normas e interpretações	Descrição	Data Efetiva
CPC 26 (R1) (Alterações à IAS 1)	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
CPC 26 (R1) (Alterações à IAS 1 e IFRS - Declaração da Prática)	Passivo não circulante com “covenants”	01/01/2024
CPC 40 (Alterações à IAS 7 e à IFRS 7)	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01/01/2024
CPC 06 (Alterações à IFRS 16)	Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”.	01/01/2024
CPC 36 (R3) (IFRS 10) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) (IAS 28 alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.	A definir

A Sociedade não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Sociedade em períodos futuros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e Bancos (i)	1.842	220	11.617	8.727
Aplicação financeira (ii)	804	2.337	6.401	14.872
Total	<u>2.646</u>	<u>2.557</u>	<u>18.018</u>	<u>23.599</u>

- i. A fim de manter o controle de risco e disponibilidade operacional para compromissos imediatos, a Administração mantém em caixa e equivalentes de caixa, aplicado a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a quantia necessária para cobrir as obrigações de curto prazo.
- ii. O excedente de caixa é destinado estrategicamente para aplicação financeira de liquidez imediata, com baixo risco de crédito e volatilidade de mercado.

5. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	2023	2022
Clientes	16.445	13.202
Perdas de crédito esperadas	(18)	(169)
	<u>16.427</u>	<u>13.033</u>

A composição por vencimento das contas a receber é a seguinte:

	Consolidado	
	2023	2022
A vencer	15.622	12.800
Vencidos:		
entre 1 e 30 dias	389	152
entre 31 e 60 dias	207	54
entre 61 e 90 dias	107	114
acima de 90 dias	120	82
Total	16.445	13.202

Em relação aos recebíveis de clientes do mercado privado, a Administração da Sociedade entende não ser necessário a constituição de provisão para Perdas Esperadas de Crédito (“PEC”), não havendo, portanto, o reconhecimento deste efeito nas presentes demonstrações contábeis para o referido canal. Para o segmento do setor público, foi realizada uma estimativa, de forma a minimizar a exposição a risco em relação a estes montantes.

6. INVESTIMENTO

As informações relativas ao investimento em suas controladas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 são conforme quadro abaixo:

	Patrimônio	Resultado	Participação - %		Saldo do investimento		Resultado de	
	Líquido)	do exercício	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	equivalência patrimonial	31/12/2022
GWA	33.262	15.561	98,30%	98,30%	32.696	35.544	15.297	13.840
GWS	71.327	24.169	97,38%	97,38%	69.456	62.738	23.535	19.344
APF	4.979	1.707	100,00%	100,00%	4.979	3.572	1.707	1.939
GWBR	18.343	(1.077)	99,78%	99,66%	18.303	12.368	(1.068)	(126)
Total	127.911	40.360			125.434	114.222	39.471	34.997

	Controladora				
	GWA	GWS	APF	GWBR	Total
Percentual de participação	98,30%	97,38%	100%	99,78%	-
Movimentação dos investimentos					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	50.832	50.446	1.629	6.494	109.402
Integralização de capital	-	-	-	6.000	6.000
Lucros distribuídos	(28.000)	(5.000)	-	-	(33.000)
Resultado da equivalência patrimonial	13.840	19.343	1.939	(126)	34.997
Perda por distribuição desproporcional	(1.129)	(2.052)	3	(1)	(3.178)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	35.544	62.738	3.572	12.368	114.222
Integralização de capital	-	-	-	8.100	8.100
Lucros distribuídos	(16.500)	(14.410)	(300)	-	(31.210)
Resultado da equivalência patrimonial	15.297	23.535	1.707	(1.068)	39.471
Perda por distribuição desproporcional	(1.644)	(2.407)	-	(1.097)	(5.148)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	32.696	69.456	4.979	18.303	125.434

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

Descrição	Taxa de depreciação (%)	Consolidado			
		2023		2022	
		Custo de aquisição	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	4.878	(1.794)	3.084	3.572
Ativo de direito de uso		7.603	(3.488)	4.115	4.929
Computadores e Periféricos	20	680	(317)	364	334
Máquinas e Equipamentos	10	1.886	(942)	944	733
Móveis e Utensílios	10	377	(141)	236	177
Software	20	598	(290)	307	253
Aparelhos de telefonia	20	112	(22)	90	61
Veículos	20	5.284	(2.173)	3.111	1.296
Máquinas e Equipamentos em construção	n.a	13	-	13	13
Terrenos		20	-	20	20
Ágio na aquisição de investimentos		113	(49)	64	76
Imobilizado em formação	n.a	18.825	-	18.825	11.889
Estação de tratamento de água	10	64.021	(35.892)	28.129	23.951
Estação de tratamento de reuso	10	84.852	(34.986)	49.866	46.512
Total		189.262	(80.094)	109.169	93.816

Movimentação do custo de imobilizado e intangível (Consolidado):

Descrição	2022	Adições	Baixas	Transf.	2023
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4.582	264	34	-	4.878
Ativo de direito de uso	7.486	116	-	-	7.602
Computadores e Periféricos	566	150	(35)	-	681
Máquinas e Equipamentos	2.143	83	(340)	-	1.886
Móveis e Utensílios	288	92	(3)	-	377
Software	551	175	(128)	-	598
Aparelhos de telefonia	66	46	-	-	112
Veículos	3.448	2.556	(720)	-	5.284
Máquinas e Equipamentos em construção	13	-	-	-	13
Terrenos	20	-	-	-	20
Ágio na aquisição de investimentos	113	-	-	-	113
Imobilizado em formação	11.889	27.803	(1.159)	(19.708)	18.825
Estação de tratamento de água	58.148	-	(2.058)	7.931	64.021
Estação de tratamento de reuso	72.669	504	(100)	11.777	84.852
Total	161.982	31.789	(4.509)	-	189.263

Movimentação de Depreciação e Amortização (Consolidado):

Descrição	2022	Adições	Baixas	2023
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(1.010)	(433)	(351)	(1.794)
Ativo de direito de uso	(2.557)	(931)	-	(3.488)
Computadores e Periféricos	(232)	(120)	34	(318)
Máquinas e Equipamentos	(1.410)	(189)	656	(943)
Móveis e Utensílios	(111)	(33)	3	(141)
Ágio na aquisição de investimentos	(37)	(11)	-	(48)
Software	(299)	(120)	129	(290)
Aparelhos de telefonia	(5)	(17)	-	(22)
Veículos	(2.152)	(620)	599	(2.173)
Estação de tratamento de água	(34.197)	(1.693)	-	(35.892)
Estação de tratamento de reuso	(26.156)	(10.880)	2.050	(34.986)
Total	<u>(68.166)</u>	<u>(15.047)</u>	<u>3.120</u>	<u>(80.094)</u>

Movimentação do custo de imobilizado e intangível (Consolidado):

Descrição	2021	Adições	Baixas	Transferências	2022
	(Não auditado)				
Benfeitoria em imóvel de terceiros	7.020	252	(2.690)	-	4.582
Ativo de direito de uso	6.802	684	-	-	7.486
Computadores e Periféricos	667	243	(344)	-	566
Máquinas e Equipamentos	2.440	92	(389)	-	2.143
Móveis e Utensílios	534	43	(289)	-	288
Software	933	162	(544)	-	551
Aparelhos de telefonia	-	66	-	-	66
Veículos	2.907	809	(268)	-	3.488
Máquinas e Equipamentos em Construção	13	-	-	-	13
Terrenos	20	-	-	-	20
Outros	113	-	-	-	113
Estação de tratamento em implantação					
Imobilizado em formação	22.112	22.981	(5.693)	(25.908)	13.492
Estação de tratamento em operação	-	-	-	-	-
Estação de tratamento de água	50.936	131	(1.874)	7.940	57.133
Estação de tratamento de reuso	49.770	5.589	(1.246)	17.968	72.081
Total	<u>144.267</u>	<u>31.052</u>	<u>(13.337)</u>	<u>-</u>	<u>161.982</u>

Movimentação de Depreciação e Amortização (Consolidado):

Descrição	2021	Adições	Baixas	2022
	(Não auditado)			
Benfeitoria em imóvel de terceiros	(3.169)	(531)	2.690	(1.010)
Ativo de direito de uso	(1.678)	(879)	-	(2.557)
Computadores e Periféricos	(482)	(94)	344	(232)
Máquinas e Equipamentos	(1.544)	(255)	389	(1.410)
Móveis e Utensílios	(372)	(28)	289	(111)
Outros intangíveis	(26)	(11)	-	(37)
Software	(699)	(144)	544	(299)
Aparelhos de telefonia	-	(5)	-	(5)
Veículos	(2.010)	(410)	268	(2.152)
Estação de tratamento de água	(30.559)	(5.512)	1.874	(34.197)
Estação de tratamento de reuso	(22.863)	(4.539)	1.246	(26.156)
Total	<u>(63.402)</u>	<u>(12.408)</u>	<u>7.644</u>	<u>(68.166)</u>

8. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores	79	184	2.452	2.539
Total	<u>79</u>	<u>184</u>	<u>2.452</u>	<u>2.539</u>

O saldo de fornecedores da Sociedade é composto por compras de materiais, produtos, prestadores de serviços e outras despesas operacionais. Os prazos de vencimento desses fornecedores, conforme destacado abaixo, estão sujeitos a condições negociadas em contrato:

	Consolidado	
	2023	2022
entre 1 e 30 dias	2.330	2.432
entre 31 e 60 dias	73	76
entre 61 e 90 dias	14	13
Entre 91 e 120 dias	11	2
acima de 120 dias	24	16
Total	<u>2.452</u>	<u>2.539</u>

9. ARRENDAMENTO MERCANTIL

As alterações nos passivos de arrendamento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 são as seguintes:

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	651	4.834	5.485
Adições	268	418	686
Transferência	451	(451)	-
Juros	391	-	391
Pagamentos	(1.162)	-	(1.162)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	599	4.801	5.400
Adições	45	72	117
Transferência	1.130	(1.130)	-
Juros	354	-	354
Pagamentos	(1.225)	-	(1.225)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	903	3.743	4.646

Os vencimentos dos passivos de arrendamento estão demonstrados a seguir:

Composição por vencimento	2023
2024	903
2025	955
2026	1.026
2027	939
2028 em diante	823
Total	4.646

10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	Consolidado	
	2023	2022
Férias a pagar	1.915	1.618
INSS sobre folha de pagamento	447	410
FGTS a pagar	137	117
IRRF sobre folha de pagamento	159	129
Outras obrigações trabalhistas	135	-
Contribuição sindical a pagar	5	3
Total	2.798	2.277

11. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
IRPJ a recolher	-	4	2.362	2.027
CSLL a recolher	7	14	912	796
COFINS a recolher	-	-	297	260
IRPJ e CslI Diferido	10	4	937	740
Outros	5	8	87	90
Total	22	30	4.595	3.913
Circulante	12	26	3.659	3.173
Não circulante	10	4	936	740

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Compras de ações a pagar (i)	3.494	-	3.494	-
Outras obrigações	-	-	-	65
Total	3.494	-	3.494	65
Circulante	1.747	-	1.747	65
Não Circulante	1.747	-	1.747	-

- (i) Em 12 de dezembro de 2023, foi aprovada em assembleia geral extraordinária a recompra, pela Sociedade, de ações para permanência em tesouraria, no valor de R\$3.494 (três milhões quatrocentos e noventa e quatro mil) a serem pagos em 24 parcelas.

13. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são relativos às operações com partes relacionadas baseadas em contratos que não possuem prazo de vencimento estipulado.

	Controladora	
	2023	2022
GWS	-	3
GWA	4	-
Total Passivo	4	3
Saldo de Partes relacionadas	4	3

14. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

	Consolidado	
	2023	2022
Trabalhista	-	34
	-	34

Durante o curso normal de seus negócios, a Sociedade e suas controladas estão expostas a certas contingências e riscos.

A provisão para demandas judiciais é estabelecida por valores atualizados quando existentes, para questões trabalhistas, tributárias e cíveis em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base nas opiniões dos seus consultores jurídicos, para os casos em que a perda é considerada provável.

As declarações de rendimentos da Sociedade estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis, também estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

Os valores provisionados no consolidado referem-se as controladas GWA e GWS, as quais foram acionadas pela reivindicação de três ex-colaboradores em três processos independentes que exigem o recebimento de horas extras e adicional de insalubridade. A Sociedade, junto aos seus advogados, analisou os processos e concluiu que há chance provável de perda. Os julgamentos ainda não foram totalmente concluídos.

Provisão de perda possível

A Sociedade foi citada como codevedora em duas ações trabalhistas, com valores pleiteados nas causas totalizando R\$705 mil (setecentos e cinco mil), ambas classificadas como contingências possíveis. Seus assessores avaliam que o devedor principal possui capacidade financeira para liquidar o valor reclamado em caso de condenação, com o valor total de indenização estimado em R\$75 mil (setenta e cinco mil). A Sociedade não possui ações de natureza tributárias ou cível envolvendo risco de perda classificado como possível, com base na avaliação de seus assessores legais em 31 de dezembro de 2023.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1. Capital social

O capital Social em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$84.207 (oitenta e quatro milhões e duzentos e sete mil reais) e está dividido em 733.852 (setecentos e trinta e três mil, oitocentas e cinquenta e duas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

15.2. Ações em tesouraria

Em 12 de dezembro de 2023, foi aprovada em assembleia geral extraordinária a recompra, pela Sociedade, de ações para permanência em tesouraria, no valor de R\$3.494 (três milhões quatrocentos e noventa e quatro mil). Por se tratar de instrumentos patrimoniais próprios que foram readquiridos, eles são reconhecidos ao custo de aquisição e registrados em conta redutora do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração de resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento de instrumentos patrimoniais próprios da Sociedade.

15.3. Reserva de lucros

São formadas com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as deduções legais e estatutárias.

a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

A Sociedade constituiu reserva legal no montante de R\$1.913 (um milhão e novecentos e treze mil), passando a reserva legal de R\$8.171 (oito milhões e cento e setenta e um mil) em 31 de dezembro de 2022 para R\$10.084 (dez milhões e oitenta e quatro mil) em 31 de dezembro de 2023.

b) Reserva de retenção de lucros

Conforme previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social; atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

c) Dividendos

Os dividendos serão calculados de acordo com estatuto social que assegura aos acionistas dividendos de, no mínimo, 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal e compensação de prejuízos.

Durante o exercício de 2023, a Sociedade destinou o montante de R\$18.504 (dezoito milhões e quinhentos e quatro reais) para dividendos da seguinte forma:

- i. Dividendos obrigatórios no total de R\$9.088 (nove milhões e oitenta e oito mil); e
- ii. Dividendos de lucros acumulados no total de R\$9.416 (nove milhões e quatrocentos e dezesseis mil).

Adicionalmente, a Sociedade realizou em 2023 a distribuição de dividendos destinados em 2022, totalizando R\$3.290 (três milhões e duzentos e noventa mil), e distribuiu desproporcionalmente aos cotistas minoritários das controladas o total de R\$5.148 (cinco milhões e cento e quarenta e oito mil).

16. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	Consolidado	
	2023	2022
Receita de serviços prestados	113.066	96.683
(-) Impostos sobre os serviços	(4.127)	(3.536)
(-) Descontos concedidos	(6)	-
Total	<u>108.933</u>	<u>93.147</u>

17. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Consolidado	
	2023	2022
Mao de obra direta	(15.856)	(13.769)
Depreciação e Amortização	(12.574)	(10.054)
Materiais e Serviços para a operação	(8.208)	(6.688)
Insumo e Produtos químicos	(3.684)	(3.905)
Outros custos	(2.414)	(2.295)
Total	<u>(42.736)</u>	<u>(36.711)</u>

18. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Pessoal	-	-	(6.346)	(4.747)
Depreciação e amortização	(33)	(17)	(2.473)	(2.354)
Comerciais	(42)	(151)	(1.646)	(1.831)
Serviços prestados por terceiros	(277)	(366)	(1.144)	(1.349)
Taxas e contribuições	(17)	(36)	(654)	(414)
Energia elétrica, Água, Telefone e Internet	(2)	-	(366)	(318)
Honorários advocatícios	(128)	(214)	(163)	(214)
Outros	(445)	(284)	(2.247)	(2.055)
Total	<u>(944)</u>	<u>(1.068)</u>	<u>(15.039)</u>	<u>(13.282)</u>
Gerais e administrativas	(902)	(917)	(7.047)	(6.704)
Com pessoal	-	-	(6.346)	(4.747)
Comercial	(42)	(151)	(1.646)	(1.831)
Total	<u>(944)</u>	<u>(1.068)</u>	<u>(15.039)</u>	<u>(13.282)</u>

19. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Outras receitas operacionais				
Venda de imobilizado	-	27	460	371
Indenização por rescisão de contrato (i)	-	-	-	5.895
Outros	-	-	16	-
Total	-	27	476	6.266
Outras despesas operacionais				
Baixa de imobilizado	(440)	-	(1.389)	(5.693)
Ganho (Perdas e prejuízos)	19	-	(79)	242
Outros (outras despesas)	-	-	(14)	-
Total	(421)	-	(1.482)	(5.451)
Total	(421)	27	(1.006)	815

- (i) Ao decorrer do exercício de 2021 um cliente com contrato relevante junto a controlada GWBR comunicou a descontinuidade de suas atividades industriais no Brasil, situação que resultou em rescisão contratual antecipada no valor de R\$5.895 (cinco milhões, oitocentos e noventa e cinco mil) ocorrida efetivamente no mês de janeiro de 2022 e a baixa de imobilizado não recuperável referente ao contrato no valor de R\$5.693 (cinco milhões, seiscentos e noventa e três mil).

20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Aplicação financeira	215	519	2.647	3.354
Multa e juros	-	-	74	95
Varição Cambial	-	-	2	-
Descontos obtidos	-	-	34	2
Total de receitas financeiras	215	519	2.757	3.451
Tarifas bancárias	(2)	(2)	(27)	(23)
Juros	-	(143)	(357)	(722)
IOF	(7)	-	(116)	(23)
Total de despesas financeiras	(9)	(145)	(500)	(768)
Resultado financeiro líquido	206	374	2.257	2.683

21. TRIBUTOS SOBRE LUCRO

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<u>Imposto de renda e contribuição social corrente</u>				
Recebimento de clientes	-	-	109.597	94.749
Lucro Presumido (32%)	-	-	35.071	30.320
Receita financeira	182	530	3.955	3.024
Outros resultados	-	27	-	324
Lucro tributável	<u>182</u>	<u>557</u>	<u>39.026</u>	<u>33.668</u>
IRPJ (25%)	(29)	(118)	(9.644)	(8.313)
CSLL (9%)	(16)	(50)	(3.512)	(3.036)
IRPJ e CSLL (Correntes)	<u>(46)</u>	<u>(168)</u>	<u>(13.157)</u>	<u>(11.349)</u>
<u>Imposto de renda e contribuição social diferido</u>				
Diferença entre faturamento e recebimento	-	-	3.463	2.054
Lucro Presumido (32%)	-	-	1.108	657
Receita financeira – diferença caixa x competência	34	(11)	(788)	447
Lucro tributável	<u>34</u>	<u>(11)</u>	<u>320</u>	<u>1.104</u>
IRPJ (25%)	(3)	3	(73)	(277)
CSLL (9%)	(3)	1	(29)	(99)
IRPJ e CSLL (Diferidos)	<u>(6)</u>	<u>4</u>	<u>(102)</u>	<u>(376)</u>

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica. Essas transações são apresentadas no balanço pelo seu valor justo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Sociedade, conforme quadros a seguir:

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Custo amortizado					
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.842	220	11.617	8.727
Aplicação financeira	4	804	2.337	6.401	14.872
Contas a receber	5	-	-	16.427	13.033
Total		<u>2.646</u>	<u>2.557</u>	<u>34.445</u>	<u>36.632</u>

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Custo amortizado					
Passivo financeiros					
Fornecedores	8	79	184	2.452	2.539
Arrendamento mercantil	9	-	-	4.646	5.400
Total		<u>79</u>	<u>184</u>	<u>7.098</u>	<u>7.939</u>

b) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Sociedade e suas controladas não possuíam nenhuma operação envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

c) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Sociedade e suas controladas incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado.

d) Risco de crédito

A Sociedade e suas controladas podem incorrer na possibilidade de perdas com valores a receber provenientes da prestação de serviços de tratamento de água e esgoto. Para reduzir esse risco, constantemente é realizada a análise de crédito dos clientes.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito, conforme apresentado:

	Consolidado	
	2023	2022
Contas a receber	16.427	13.033
Ativos	16.427	13.033

A Administração entende que não há risco de crédito significativo no qual a Sociedade e suas controladas estão expostas, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

e) Risco de liquidez

Risco de liquidez é aquele em que a Sociedade e suas controladas possam eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

f) Risco de Mercado

A Sociedade está exposta aos riscos de mercado decorrentes de suas atividades comerciais. Esses riscos compreendem principalmente possíveis mudanças nas taxas de câmbio e de juros.

g) Risco de exposição às variações cambiais

A Sociedade não mantém operações denominadas em moedas estrangeiras que estão expostas a riscos de mercado decorrentes de mudanças nas cotações das respectivas moedas estrangeiras.

23. COBERTURA DE SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada de acordo com orientação obtida de especialistas, segundo a sua natureza, sendo considerada pela Administração como adequada para cobrir eventuais perdas para o patrimônio das controladas diretas em caso de sinistro.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

A especificação por modalidade de risco e a importância, de acordo com a apólice de seguro contratada pela Sociedade, está demonstrada a seguir:

Risco	Cobertura	Prêmio	Vencimento
Aeroportuário	30.000.000	21.153	01/01/2024
Responsabilidade civil geral	30.500.000	20.184	18/12/2024
Responsabilidade civil – D&O	12.000.000	8.303	26/04/2024
Patrimonial	4.598.320	3.233	03/01/2024
Frota Leve	6.400.000	88.455	30/07/2024
Frota Pesada	3.427.800	95.050	30/08/2024
Equipamentos	855.000	11.624	04/08/2024

24. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela diretoria em 8 de março de 2024.